

## CAPITAL SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

**Beatriz de Almeida Silva<sup>1</sup>, Danielle de Paula<sup>2</sup>, Maria Edilma de Oliveira Medeiros<sup>3</sup>,  
Thiago Rodrigo de Campos<sup>4</sup>. Orientadora: Nancy Julieta Inocente<sup>n</sup>**

<sup>1, 2, 3, 4, n</sup> Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Praça Cândido Dias Castejón, 116 – Centro – 12245-720 – São José dos Campos – SP – Brasil. E-mails: [bia.beatriz04@hotmail.com](mailto:bia.beatriz04@hotmail.com)<sup>1</sup>, [dani\\_paula@globo.com](mailto:dani_paula@globo.com)<sup>2</sup>, [edilmaccd@hotmail.com](mailto:edilmaccd@hotmail.com)<sup>3</sup>, [trkratos@gmail.com](mailto:trkratos@gmail.com)<sup>4</sup>, [nancyinocente@yahoo.com.br](mailto:nancyinocente@yahoo.com.br)<sup>n</sup>

**Resumo** – Este trabalho analisa a importância do capital social nos programas de política social, por meio de uma análise reflexiva sobre os aspectos da relação do assistente social com as políticas sociais. Com bases nos conceitos apresentados no trabalho, podemos compreender que a dimensão cultural e política do desenvolvimento estão condicionadas ao capital social como auxílio de uma política para o bem estar da sociedade, mesmo tendo como certo que a política social teve sua origem no modo capitalista de produção da vida. Esmerando um foco de maior relevância na qualidade de vida de cada indivíduo, compreendemos que o capital social quando é objetivo de um todo, pode ser alcançado de acordo com seus valores. Foi utilizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, Conclui-se que o capital social ao contrário do capital financeiro não se desgasta com seu uso e se apresenta como uma alternativa para a subsistência de pessoas pobres ou miseráveis, pois é através da sociedade tendo base na confiança entre seus indivíduos, que os problemas serão resolvidos, produzindo melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Capital Social, Políticas Sociais, Desenvolvimento e Qualidade de Vida

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

### Introdução

O novo padrão de política social iniciou após a promulgação da constituição de 1988. As políticas de assistência e de combate à pobreza passaram a ser uma atribuição dos municípios, ainda que a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade fossem atribuições das três esferas de governo.

Segundo Rattner (2003), estudos de economistas do Banco Mundial distinguem quatro formas básicas de capital: o natural constituído pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o capital físico construído pela sociedade, tal como a infraestrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o capital humano, resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o capital social - conceito inovador nas análises e propostas de desenvolvimento.

Conforme Monteiro et al. (2010), a expressão qualidade de vida foi empregada, com repercussão, pela primeira vez, em 1964, pelo presidente dos Estados Lyndon Johnson, ao declarar que os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos e sim, através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas. Para Martins (2002), qualidade de vida é entendida como um bem ou produto essencial à

satisfação das necessidades do cliente seja este um indivíduo ou uma comunidade.

Para Putnam (1993) o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas, que resultam em benefício para toda a comunidade.

### Metodologia

Foi utilizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, para obter uma visão geral da relação de Capital Social, Qualidade de Vida e Política Social.

O estudo exploratório trata-se de uma observação não estruturada, ou assistemática. A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema através de referências teóricas publicadas em livros, revistas, etc. (RAMPAZZO, 2002). Optou-se por analisar apenas os artigos nacionais

### Capital Social: Conceito, Perspectivas e Atribuições

O capital social se conceitua no poder e na política, na visão de Durston (2000), constitui-se em uma via de acesso a recursos e no interior de relações existenciais. Compreende aspectos estruturais como capital disposto, em diferentes

entidades e características. Os únicos aspectos que se fazem semelhantes são as relações das estruturas sociais e as ações dos indivíduos que o capital beneficia.

O capital social é, portanto, um recurso informal que une as pessoas quanto coletivo e lhe impõe regras, isso faz com que reduza custos de transações fortalecendo a sociedade uma vez que ela esteja voltada para si. Assim sendo, uma relação recíproca entre os seus, propicia uma acumulação e criação de capitais sociais proporcionando sustentabilidade (DURSTON, 2000).

Segundo Durston (2000) o termo capital social como se fosse algo homogêneo, já que o mesmo se envolve um conjunto de valores sociais que promovem a ação coletiva e individual e seu entendimento conceitual ainda continua a se desenvolver. Graças à percepção do ser humano como ator social, o capital social entra em evidência tendo em vista a reformulação de algumas práticas de desenvolvimento. Coletivamente falando o capital social mantém, através de normas e leis, a união social tanto na comunidade e sociedade quanto na família, dando importância também à cooperação que, por sua vez, mostra que a reciprocidade facilita a resolução de conflitos.

Desta forma fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais está condicionada por fatores culturais, políticos e sociais. Contudo, a desigualdade na distribuição oportunidades e renda e o desemprego, tem dificultado a formação de capital social. Quando temos esse tipo de problemas, as migrações acontecem desarticulando, portanto, uma rede de relações sociais existentes (DURSTON, 2000).

Há evidências que o capital social pode ser utilizado para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento e o bem-estar social. Segundo Marteleto e Silva (2004), os conceitos como confiança e redes são difíceis de serem operacionalizados, já que não se podem identificar os números de componentes das redes, mas sim apreender a sua importância para a comunidade. É um desafio para aqueles que pretendem utilizar o capital social para promover o desenvolvimento.

Em grupos onde a confiança é dividida entre os membros, o capital social torna possível, objetivos antes inalcançáveis. Visto como um bem social apreendido de relações sociais, o capital social se enraíza nas relações das redes sociais.

Bourdieu (1985) que define capital social como o conjunto de recursos, efetivos ou potenciais. O autor relaciona o capital social com a

posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento (BOURDIEU, 1980 apud XIMENES, 2008). Ele é considerado por muitos estudiosos, como pioneiro em identificar o conceito capital social e para Ximenes (2008) evidencia a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos aceder os recursos e a qualidade e a quantidade desses recursos.

Lin (2001, apud XIMENES, 2008), entende capital social sendo um conjunto de recursos enraizados em redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos em suas ações. Considera-se rede social como um conjunto de pessoas que compartilham um mesmo interesse e processo de reconhecimento mútuo. Para a rede social os elementos básicos são: a) nós, pessoas ou grupos de pessoas que tem o mesmo objeto comum, que são representados por círculos, sendo que a soma de todos representa o tamanho da rede; b) vínculos ou laços, representados por linhas; e c) fluxo, que indica a direção do vínculo, que são representados por fechas (o sentido e dependem de características culturais, sociais, econômicas e políticas).

Quanto a Análise de Redes Sociais (ARS) devemos considerar os seguintes conceitos fundamentais: a) pessoas ou um conjunto de pessoas em uma unidade social coletiva, podendo ser como subgrupos, organizações e outras coletividades; b) atributos e características individuais (como idade, sexo, profissão); e c) os laços relacionais que estabelecem uma ligação entre as pessoas da rede, podendo ser direcional, quando uma pessoa é transmissora e outro receptor e não direcional, quando a relação é recíproca (LIN 2001, apud XIMENES, 2008).

O conceito de capital social é muito criticado, pois estabelece um significado como saídas para todos os males da exclusão social e resolução de problemas de desenvolvimento. Mas é impossibilitado, já que as redes sociais dificultam o oportunismo, pois podem excluir novos participantes, impor normas ou atitudes em relações a outros grupos, resultando no impedimento ao acesso a determinados serviços públicos de outras comunidades.

### **Qualidade de Vida**

Do ponto de vista da Organização das Nações Unidas, a qualidade de vida esta relacionada a satisfação da sociedade, no que diz respeito ao acesso à alimentação, aos serviços de saúde e seguro de vida, ao conhecimento, às boas condições de trabalho, à segurança contra o crime e contra a violência física, ao lazer e a

participação nas atividades econômicas, culturais e políticas do cidadão. Ela gera o bem e uma total satisfação no indivíduo ou em uma comunidade.

A qualidade de vida vem sendo estudada com grande ênfase em várias áreas da atividade humana. Apesar de não haver uma definição exata para qualidade de vida, a maioria dos autores concordam que devem ser citados os domínios físico, social, psicológico e espiritual, buscando trazer cada experiência pessoal de cada indivíduo.

Neto e Conde (2008) pensam na qualidade de vida como multidimensional, que abrange aspectos materiais quando os aspectos não materiais e pode incluir a autonomia e a autodeterminação sobre a própria vida com fatores-chaves para transformar a qualidade de vida de populações em risco social.

Para alcançar a qualidade de vida o aprofundamento de pesquisas que levem à obtenção de variáveis e dados adequados é estritamente necessário a fim de se chegar a uma conclusão tanto objetivas quanto subjetivas que tenham como eixo a sustentabilidade de vida, portanto mais sensíveis à realidade social e ambiental.

Qualidade de vida é um termo utilizado para designar grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. O termo abrange muitos significados, que segundo Minayo et. al (2000) refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que reportam em variadas épocas, espaços e histórias, sendo então uma construção social.

Ao analisar a qualidade de vida da sociedade, devemos ter consciência de três fatores: que o desenvolvimento social, econômico e tecnológico é diferente da mesma sociedade em outra etapa histórica; valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições; e que, qualidade de vida está estratificada devido às desigualdades e heterogeneidades.

A noção de qualidade de vida está relacionada a modo, condições e estilos de vida e inclui idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana.

Para medir a qualidade de vida atualmente utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi criado para deslocar o debate sobre os desenvolvimentos econômicos para aspectos de natureza social e cultural. Conforme esse indicador, a concepção de renda, saúde e educação são três elementos fundamentais para a qualidade de vida da sociedade.

O IDH se baseia em capacidades (renda, educação e saúde são atributos de capacidades humanas), ou seja, tudo o que o indivíduo está apto a realizar ou fazer. De acordo com essa concepção, pode-se afirmar que o desenvolvimento humano está associado à potencialidade dos indivíduos de serem responsáveis por atividades e processos valiosos e valorizados.

O IDH apresenta limitações e não conseguem incorporar a essência do conceito central que tenta medir. já que torna padrão modelos de sociedade ocidentais a todas as nações do planeta. Apesar das diversas críticas o IDH é muito utilizado, inclusive no Brasil.

No atual momento em que a humanidade vive a qualidade de vida deve ser um objetivo a ser alcançado. Nobre (1995) deixa claro que o prolongamento da vida é mais do que apenas uma base de estudo científica, passando a ser essencial para uma qualidade de vida plena.

Nobre (1995) ainda pontua que qualidade de vida é preservada em qualidades totais como, no trânsito, moradia, trabalho, educação, cultura, etc. Em suma, é o que cada um de nós precisa para viver bem.

Quando há falta de qualidade de vida pessoas com doenças comuns ou crônicas se deterioram com o uso de agentes prescritos. Assim sendo, a ciência médica procura novas metodologias para tratar ou prevenir doenças, definindo qualidade de vida como uma sensação intrínseca de conforto e bem-estar, em funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro de sua realidade.

No entanto, por mais definições que tenhamos de pontos de vistas variados, qualidade de vida é algo que somente o indivíduo pode avaliar, uma vez que o mesmo tenha seus valores.

### **Pobreza e política social - um debate necessário**

A política social tem a sua origem no modo capitalista de produção sendo uma luta dos trabalhadores na ampliação do preço de sua força de trabalho. A garantia de espaços de consolidação para atendimentos a necessidades sociais é uma característica marcante dessa política.

Machado (2000) destaca que a função da política social é transformar recursos públicos em capital privado lucrativo: indústria da construção civil, laboratórios farmacêuticos, hospitais, cooperativas agrícolas etc. A economia capitalista contemporânea insatisfaz a muitas pessoas, pelo modo mecânico capitalista de produção, as políticas sociais se fazem necessárias para sua

formação garantindo também a inserção do indivíduo no mercado do trabalho formal. Entendemos que força de trabalho é atividade exercida pela sociedade para garantir sua subsistência, estando inserido ou não no mercado capitalista.

A política e a política social demonstram em última instância, os interesses são das classes dominantes, os espaços que já existem como sindicatos, conselhos e associações. Ainda buscam com insistência novos espaços para que possam construir uma base e fortalecer o indivíduo na busca de mudanças que favoreçam a maioria da população. Estudos revelam que a pobreza tem crescido drasticamente no Brasil, liderando um *ranking* mundial onde o tema é a desigualdade social (MACHADO, 2000).

Para a sofisticação da avaliação de cada programa, projetos ou até mesmo políticas públicas é fundamental citar às "questões de fundo" as quais devem informar basicamente às decisões que são tomadas, as escolhas feitas, os caminhos percorridos, em relação a uma estratégia de intervenção na parte governamental.

Uma destas relações é considerada fundamental é a que se estabelece entre o Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este resulta em uma determinada sociedade, em determinado período histórico qualquer. Especialmente quando o foco são as políticas sociais (geralmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.) os fatores envolvidos para o resultado como "sucesso" ou "fracasso" são complexos e variados, que acabam exigindo um grande esforço de análise (MACHADO, 2000).

Segundo Hofling (2001), o Estado em Ação é o que implanta um projeto de governo, através de alguns programas, de ações voltadas geralmente para a sociedade. As políticas sociais são referentes a ações que determinam o grande padrão de proteção social colocado pelo Estado, indicando princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais tendo como resultado a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo sistema de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Paiva (2000), no Brasil tivemos a instalação de uma Comissão Mista Especial, criada pelo poder legislativo do Senado Federal, que tinha por finalidade estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar propostas, soluções e leis para amenizar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. O vínculo do Fundo à Presidência da República transmite a velha cultura que de centro e

autoridade de que as 'coisas' só se movem se estiverem sob o comando e poder presidencial ao tempo em que difunde a propaganda e o choque de que a intenção é verdadeiramente boa e real. Os recursos que foram usados para o novo fundo provêm da criação de cotas ou alíquotas de impostos que já existem e que absorvem as parcelas de recursos captados por fundos já criados.

Segundo Silva (2010) o Fundo de Combate e de Erradicação da Pobreza apresenta como trabalho o campo das políticas sociais públicas com programas de caráter de atuação comunitária, ou de ações suplementares.

Para Paiva (2000) através das ações suplementares é possível observar o efeito de um projeto com forte apelo populista, causando impacto na mídia, empenhando-se muito mais com o imediatismo e o emergencial. A iniciativa da sociedade para a fiscalização das ações públicas no campo social é primeiramente dever do Estado, pois as políticas sociais devem findar a pobreza sendo uma exigência e necessidade de toda a sociedade.

Conforme Mendes (2007), uma meta estabelecida nos anos 90 é que a pobreza seja reduzida a metade até o ano de 2015, mesmo ela sendo um fenômeno, social, econômico e complexo e sua redução requer conhecimento, crescimento econômico e redução da desigualdade social.

Em relatório divulgado pela Secretaria de Comunicação, revelou-se que o Brasil cumpriu a meta traçada pela ONU dez anos antes do prazo e reduziu pela metade a considerada extrema pobreza no país. Os programas criados para oferecer assistência se baseiam na questão das desigualdades e são indicadores quantitativos de usuários potenciais em faixas de renda elegíveis. Diversos programas foram criados com essas características: bolsa escola, vale gás, programa de erradicação do trabalho infantil, etc.

Conforme Cassab (2002) existe cidadãos que não podem ser atendidos por esses programas, pois não possuem as condições iniciais para participar de processos seletivos ou documentos necessários que possibilite sua inclusão.

O crescimento da renda per capita implica maiores recursos econômico. Para Lopes (1995) são potencialmente capazes de melhorar as condições de vida de todos e possibilita o crescimento econômico ocasionando melhoria das condições econômicas de todos, porém o benefício do crescimento não é igualmente compartilhado. A sua distribuição depende de fatores econômicos, sociais e institucionais que variam no espaço e no tempo.

Conforme Silva (2008) a Tabela 1 mostra que em 2004 e 2006, respectivamente, 42,5% e 49,2% das famílias que recebiam o Programa Bolsa Família tinham uma renda per capita líquida da transferência acima do critério de elegibilidade então vigente para o programa.

Tabela 1: Famílias beneficiárias e elegíveis do Programa Bolsa Família

Famílias beneficiárias e elegíveis do programa bolsa Família			
2004	Não elegível	Elegível (%)	Total (%)
Não recebe	77,9	9,6	87,5
Recebe	5,3	7,2	12,5
<b>Total</b>	<b>83,2</b>	<b>16,8</b>	<b>100,0</b>
Entre os que recebem o benefício	42,5	57,5	100,0
2006	Não elegível	Elegível (%)	Total (%)
Não recebe	76,6	6,6	83,2
Recebe	8,3	8,5	16,8
<b>Total</b>	<b>84,9</b>	<b>15,1</b>	<b>100,0</b>
Entre os que recebem o benefício	49,2	50,8	100,0

Fonte: Soares et al. (2008).

A noção de pobreza conforme Mauriel (2010) tem duas dimensões principais a serem consideradas: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde o foco está naquilo que as pessoas podem realizar.

### Serviço Social e a Questão social

O Serviço Social tem como base a questão social como especialização do trabalho e a atuação do assistente social é uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. A questão social é entendida como o conjunto das expressões de desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz a produção social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004).

Segundo Iamamoto (2004), a globalização da produção e dos mercados econômicos, torna a produção social cada vez mais coletiva. A autora define ainda que, as questões sociais formam um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura. As acumulações de bens materiais se fazem distantes tornando as populações miseráveis em toda a parte do globo.

Os assistentes sociais trabalham com variadas questões socioeconômicas, no trabalho, na família, etc. Muitas vezes, por envolver o sujeito eles resistem e se opõem, e é justamente nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais.

### Assistência social: desafio da política social brasileira

A Constituição Federal reconhece a assistência social como política que associadas as políticas de saúde e previdência social, resultam num sistema de seguridade social brasileiro. As políticas sociais não podem ser somente relacionadas a lutas por melhores condições de vida, mas também como produtores da história, que além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam suas práticas e sua centralização/burocratização.

Conforme Lonardoní et al. (2006), assistência social como política pública e enquanto direito de cidadania é parte da Seguridade Social. Segundo o autor citado, deve funcionar como uma rede de proteção, e corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais, para resultar numa melhoria das condições de vida e cidadania do indivíduo pobre.

Dessa maneira, a assistência social funcionaria para fortalecer as condições de eficácia das demais políticas sociais e econômicas, tendo em seu foco o combate integrado à pobreza e impedindo sua reprodução entre as novas gerações. Tal conceito, teria o reconhecimento da política de assistência social como mecanismo de concretização de direitos sociais que exige contrapartidas do beneficiário.

Para Mauriel (2010), devem-se considerar as fragilidades no plano institucional, cujos efeitos aparecem na segmentação da exclusão ao aprofundar sobre um conflito entre pobres e quase-pobres.

### Conclusão

O capital social ao contrário do capital financeiro não se desgasta com seu uso e se apresenta como uma alternativa para a subsistência de pessoas pobres ou miseráveis, pois é através da sociedade tendo base na confiança entre seus indivíduos, que os problemas serão resolvidos, produzindo melhor qualidade de vida.

A ação da sociedade e do Estado em conjunto, servirá como uma opção de recursos para atender as demandas públicas através de políticas sociais que sejam eficazes e eficientes

para o desenvolvimento seja ele em qualquer dimensão.

## Referências

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. A Política na Política Social de Assistência: Crítica a Focalização. *Libertas Revista do Serviço Social*, Nº. 1, Vol.2, Jan./Jun. 2002.

CEM-CEBRAP. Novas experiências nas políticas de combate à pobreza: os programas de transferência de renda em São Paulo. [www.ipic-undc.org](http://www.ipic-undc.org). Acesso em: 29 de abril de 2011.

DURSTON, John. Qué es el capital social comunitario? Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales, 38)

HOFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela: O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 7º ed. Cortez, 2004, p. 20.

LONARDONI, Eliana; GIMENES Junia Garcia e SANTOS, Maria Lucia dos. processo de afirmação da assistência social como política social. [http://www.ssevista.uel.br/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.ssevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm). Acesso em: 08 de junho de 2011.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sócias no Brasil. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000200006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200006&lang=pt). Acesso em: 01 de maio de 2011.

MACHADO, Ednéia Maria. Política Social e Desigualdade Social. <http://www.franca.unesp.br/Politica%20Social%20e%20Desigualdade%20Social.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2011.

MACHADO, Ednéia Maria e KYOSEN, Renato Obikawa. Política e Política Social. [http://www.ssevista.uel.br/c\\_v3n1\\_politica.htm](http://www.ssevista.uel.br/c_v3n1_politica.htm). Acesso em: 03 de maio de 2011.

MARTELETO, Regina. M.; SILVA, Antônio B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ci. inf. Brasília*, v. 33, n. 3, 2004.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Pobreza, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: Indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. [www.revistas.fee.tche.br](http://www.revistas.fee.tche.br). Acesso em: 29 de abril de 2011.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. *Revista Katálysis*. Vol.13. Nº. 2. Florianópolis: 2010.

MENDES, Isabel Amélia Costa e MARZIALE, Maria Helena Palucci. Pobreza e desenvolvimento humano: Estratégias globais. [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt\\_00.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt_00.pdf). Acesso em: 26 de abril de 2011.

MONTEIRO, Rosangela I; BRAILE Domingo M II; BRANDAU Ricardo III; JATENE Fabio B IV. Qualidade de Vida em Foco. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lang=pt). Acesso em: 05 de maio de 2011.

NETO, Aarão Mendes Pintol; CONDE, Délio MarquesII. Qualidade de Vida. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-72032008001100001&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032008001100001&lang=pt). Acesso em: 05 de maio de 2011.

NOBRE, Moacyr Roberto Cucê. Qualidade de Vida. *Arq. Brasileiro de Cardiologia*. Vol. 64, nº4. São Paulo: 1995.

PAIVA, Beatriz Augusto, OLIVEIRA, Maria Norma, GOMES, Ana Ligia. Medidas de Combate à Pobreza. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº68, Ano XX, março, 2000.

PUTNAM, Robert D. The prosperous community: social capital and public Life In: *The American Prospect*. 1993 - n.º 13, mar.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 53-54.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. <http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&)

# XV INIC

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica

# XI EPG

Encontro Latino Americano  
de Pós Graduação

# V INIC Jr

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica Júnior

[pid=S1414-49802010000200002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002&lang=pt). Acesso em: 01 de maio de 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lang=pt). Acesso em: 03 de maio de 2011.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2008000200012&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200012&lang=pt). Acesso em: 05 de maio de 2011.